

CONTRATO Nº 029/2018

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRA-SONOGRAFIA E PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE FACOEMULSIFICAÇÃO, EXAMES E CONSULTAS - SEMSA, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO SAPUCAÍ – CISMAS.

Pelo presente Contrato de prestação de serviço entre pessoas jurídicas, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.025.940/0001-09, com sede localizada na Avenida Doutor Jerson Dias, nº. 500, Bairro Estiva, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Planejamento, **Sr. Juliano Galdino Teixeira**, brasileiro, casado, advogado, portador RG 2.786.015, SSP/MG, CPF: 530.391.571-91, Residente e Domiciliado na Rua Do Expedicionário, 186, APTO 06, Bairro Varginha, Município de Itajubá – MG. CEP 37.501-122, doravante simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO SAPUCAÍ - CISMAS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.111.142/0001-99 com sede na Rua Antônio Simão Mauad, nº 301, Bairro Pinheirinho, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-180, neste ato representado por sua **Presidente a Sra. Patrícia Santos de Almeida Bernardo**, Brasileira, Casada, portadora do Registro Geral nº MG – 8.967.676 emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.875.766-96, residente e domiciliado na Rua João Gonçalves da Costa, nº 385, Bairro Centro, Município de Maria da Fé, Estado de Minas Gerais, CEP 37.517-000, doravante simplesmente denominada de **CONTRATADA**, têm, entre si, como justo e contratado, regendo-se pela legislação pátria aplicável ao presente contrato, e especialmente pelas cláusulas a seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PROCEDIMENTO

O presente Contrato obedece aos termos da Justificativa para abertura de Processo Licitatório nº 048/2017 na modalidade Credenciamento nº 001/2017, Inexigibilidade nº 003/2017 com fundamento na Lei nº. 8.666/93, de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MAXIMO TOTAL por procedimento
17	ULTRASSOM ABDOME TOTAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 37,95
18	ULTRASSOM DA PRÓSTATA VIA ABDOMINAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
19	ULTRASSOM DA PRÓSTATA VIA TRANSRETAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
20	ULTRASSOM DE ARTICULAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
21	ULTRASSOM DE GLOBO OCULAR – ÓRBITA CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA	R\$ 24,20

	TABELA SUS (SIGTAP)	
22	ULTRASSOM DOPPLER COLORIDO DE VASOS CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 39,60
23	ULTRASSOM MAMA BILATERAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
24	ULTRASSOM OBSTÉTRICO CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
25	ULTRASSOM OBSTÉTRICO COM DOPPLER COLORIDO E PULSADO CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 39,60
26	ULTRASSOM TIREÓIDE CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
27	ULTRASSOM TRANSVAGINAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
28	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
29	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 24,20
30	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
31	ULTRASSONOGRRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA) CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
32	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 42,90
33	ULTRASSONOGRRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA) CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20
34	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSFONTANELA CONFORME PROCEDIMENTOS E PREÇOS DA TABELA SUS (SIGTAP)	R\$ 24,20

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente contrato de fornecimento de produtos correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

02.08.01.10.302.0012.2303.3.3.90.39.00

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução deste Contrato que excederem o exercício em curso, decorrentes de eventual aditamento, prorrogação ou necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro pactuado, correrão à conta de dotações que serão consignadas nas Leis Orçamentárias Anuais subsequentes, nas mesmas funções programáticas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRA-SONOGRAFIA E PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE FACOEMULSIFICAÇÃO, EXAMES E CONSULTAS –**

SEMSA REFERENTE A TABELA DO SUS (SIGTAP), conforme especificações previstas no ANEXO I do Processo Licitatório nº 048/2017, Credenciamento 001/2017 – Inexigibilidade nº 003/2017.

CLAUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de doze – 12 – meses contados a partir de sua publicação, prorrogável nos termos da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DO FORNECIMENTO

1. O fornecimento do (s) objeto (s) desta licitação será conforme a programação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a execução do determinado nas cláusulas deste Contrato, as partes se obrigam a:

I – CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assegurando-se da boa prestação do serviço e qualidade dos serviços fornecidos;
- b) assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- c) realizar os devidos pagamentos;
- d) proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do presente contrato.

II – CONTRATADA:

- a) responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;
- b) manter a qualidade dos produtos fornecidos;
- c) executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência ao representante legal do CONTRATANTE, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;
- d) apresentar Fatura/Nota Fiscal. A fatura deve ser detalhada e deverá discriminar todos os produtos fornecidos, e outras informações que se fizerem necessárias;
- e) comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade na continuidade do fornecimento dos produtos e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
- f) responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE e ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução deste contrato;
- g) manter, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, referente a esses encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR

Os preços para pagamento pelos serviços prestados – procedimentos principais - deverão ser aqueles definidos pela Tabela Unificada do Ministério da Saúde/SUS, os quais deverão ser faturados na forma de serviços efetivamente realizados e autorizados pelo Gestor local.

O valor a ser pago, será de acordo com a quantidade de procedimentos realizados pelo prestador credenciado, com prévia autorização da Secretaria Municipal de Saúde, não ultrapassando o valor Máximo total por procedimento.

O estabelecimento de saúde contratado não deverá executar qualquer procedimento sem autorização do Gestor local.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após apresentação das Notas Fiscais/Faturas.

§ 1º. Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com suas obrigações para com sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

§ 2º. Para o efetivo pagamento, as faturas deverão ser entregues no Setor de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, localizado a Rua: João Gomes de Lima, Nº 132, Bairro São Vicente, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37.500-000, nos dias úteis no horário das 08:00 às 16:00 horas.

§ 3º. O não pagamento de quaisquer valores devidos pelo CONTRATANTE, nas datas de seus respectivos vencimentos, implicará na incidência de sanções previstas na legislação pátria.

§ 4º. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento Contratual.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

O fornecimento será objeto de acompanhamento e **fiscalização** através do **Sr(a) Paula Gonçalves Ribeiro** representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DEZ: DAS PENALIDADES

Nos termos do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **meio por cento – 0,5%** – sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, até o limite de **dez por cento – 10%** – do valor empenhado.

§ 1º. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

I – advertência;

II – multa de **dez por cento – 10%** – do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **dois – 02** – anos e,

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **cinco – 05 – dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão do CONTRATANTE no sentido da aplicação da pena.

§ 3º. As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas de que trata este capítulo, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta

corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo CONTRATANTE no prazo máximo de cinco – 05 – dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA ONZE: DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO.

Parágrafo único. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DOZE: DA RESILIÇÃO

O presente contrato poderá ser resilido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicações expressas, com antecedência mínima de trinta – 30 – dias.

Parágrafo Único. Havendo pendências, as partes definirão, através de um Termo de Encerramento do Contrato.

CLÁUSULA TREZE: DA RESOLUÇÃO

O Contrato poderá ser resolvido:

- I** – por ato unilateral do CONTRATANTE, face ao interesse público, reduzido a termo no respectivo processo;
- II** – por inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
- III** – independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer dos seguintes casos:
 - a) falência ou liquidação da CONTRATADA;
 - b) incorporação da CONTRATADA a outra firma ou empresa, ou, ainda cisão ou fusão da mesma com outra empresa, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;
 - c) extinção da CONTRATADA.

Parágrafo único. Sempre que ocorrerem as hipóteses de resolução contratual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, em conformidade com artigo 78 da Lei nº. 8666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA QUATORZE: DA PUBLICAÇÃO

Dentro do prazo legal, contatos de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato.

CLÁUSULA QUINZE: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes contratantes, respeitadas e observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA EXTENSÃO

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram aceitar o presente instrumento nos expressos termos em que fora lavrado, obrigando-se a si e seus herdeiros e ou sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA DEZESSETE: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes se obrigam a manter, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA DEZOITO: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Contrato.

E por estarem as partes de pleno acordo em tudo que se encontra disposto neste Contrato, ciente das obrigações contraídas e das conseqüências de sua inobservância, firmam-no em três – 03 – vias de igual teor e forma.

Itajubá-MG, 09 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ
Juliano Galdino Teixeira
Secretário Municipal de Planejamento

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO
ALTO SAPUCAÍ - CISMAS
Patrícia Santos de Almeida Bernardo
Presidente – CISMAS

VISTO FISCAL DO CONTRATO:

VISTO DO PROJU: